

IDENTIDADES TRADUZIDAS EM “O ESPLENDOR DE PORTUGAL”, DE ANTÓNIO LOBO ANTUNES¹

TRANSLATED IDENTITIES IN “O ESPLENDOR DE PORTUGAL”, BY ANTÓNIO LOBOS ANTUNES

Camila SAVEGNAGO*
(UFSM)

Raquel Trentin OLIVEIRA**
(UFSM)

Resumo: Após a década de 70, é possível perceber na literatura portuguesa uma vasta produção de textos literários voltados à temática colonial. Dentre os vários autores que se dedicaram a problematizar esse tema, até então silenciado em Portugal, destaca-se António Lobo Antunes. Em *O esplendor de Portugal*, Lobo Antunes, por meio de uma narrativa fragmentada, conta a história de uma família de colonizadores portugueses em Angola. Nesse sentido, este trabalho visa a verificar como se dá a construção identitária das personagens do romance, valendo-se de noções como as de hibridismo e de tradução.

Palavras-chave: Colonialismo. Identidade. Personagens. Tradução.

Abstract: After the 70's, it is possible to notice in the portuguese literature a vast production of literary texts focused on the colonial theme. Among the several authors who have dedicated themselves to discuss this issue, hitherto silenced in Portugal, stands out António Lobo Antunes. In *O esplendor de Portugal*, Lobo Antunes tells the story of a family of Portuguese settlers in Angola through a fragmented narrative. In this sense, this work aims to verify how the identity construction of the characters of the novel occurs using notions such as hybridism and translation.

Keywords: Colonialism. Identity. Characters. Translation.

Introdução

Após a década de 70, com a Revolução dos Cravos em Portugal, que pôs fim ao regime ditatorial de Salazar-Caetano, é possível perceber na literatura portuguesa uma vasta produção de textos voltados à temática colonial – abrangendo questões referentes aos processos de colonização, descolonização, pós-colonialismo. Nota-se, na prosa portuguesa, especialmente da geração de escritores conhecida como a de Abril de 74, uma subversão

¹ Artigo resultante da comunicação *Identidade(s) em “O esplendor de Portugal”*, apresentada na Jornada Acadêmica Integrada (JAI), na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em 2016.

* Mestre em Estudos Literários pelo Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Santa Maria. Integrante do grupo de pesquisa “Vozes e perspectivas no romance português contemporâneo” (UFSM). E-mail: camilasavegnago@gmail.com

** Professora do Departamento de Letras Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Santa Maria/ RS. E-mail: raqtrentin@yahoo.com.br

das formas tradicionais/realistas de narrar. Tais romances constantemente desafiam o seu leitor a compreender um novo tipo de representação do real: a representação de um mundo narrativo não mais estável e organizado, mas múltiplo e heterogêneo. A escrita de António Lobo Antunes, por exemplo, exige do leitor participação ativa na construção dos sentidos da narrativa, pois esses não são dados, precisam ser construídos. Espera-se que o leitor perceba os deslocamentos sutis de vozes e perspectivas, o imbricamento de níveis espaço-temporais distintos, a complexidade das personagens, além das nuances da sintaxe antuniana, já que as marcações gráficas discursivas são praticamente abolidas dos seus textos.

Cristina Robalo Cordeiro, em seu artigo “*Os limites do romanesco*”, refere-se ao romance contemporâneo, ou pós-moderno, como um ‘laboratório da narrativa’, como um ‘local privilegiado de viva experimentação’, de modo que estaria encenando uma espécie de *experiência dos limites*, “que passa forçosamente pela contestação e desmoronamento da prática romanesca tradicional que reflectia a estabilidade de um mundo de equilíbrio inabalável, e pela recusa da imposição de leis rígidas e de significações preconcebidas” (CORDEIRO, 1997, p. 111). Nota-se, nesse processo de renovação da arte romanesca, um profundo questionamento sobre a representação do real. Conforme Cordeiro, esses novos textos

Não reconhecendo ao narrador uma função demiúrgica, rejeitam as regras da intriga tranquilamente bem montada, o desenho da personagem como cristalização de um carácter e polo aglutinador da acção, a descrição metonímica de um espaço potencialmente apto a representações económico-sociais e em estreita conexão com a via psicológica das figuras que o povoam e a concepção do tempo na linearidade de um devir natural (CORDEIRO, 1997, p. 112).

Além disso, tais romances de ruptura traduzem um profundo sentimento de inquietação dos escritores perante o ato de criação literária, o que se reflete na produção crescente de narrativas metaficcionalis. Cordeiro (1997, p. 119) discute ainda sobre o momento em que a literatura portuguesa se liberta da influência determinante do *nouveau roman* e se encontra madura o suficiente para seguir seu caminho de liberdade:

Os novos procedimentos da escrita, na sua aparente frieza, estão pois investidos de uma carga semântico-ideológica que os impede de se esvaziarem em mero formalismo cerebral. A eles cabem, em grande parte, a função de dar voz a uma outra ordem moral e axiológica e a de materializar uma postura metafísica que viabiliza a metamorfose do sentimento do sujeito quanto à sua própria existência e aos seus actos, quer na dimensão psicológica, decorrente da exploração da memória e do regresso a si próprio, numa suspensão da acção e da vertigem do fazer, quer na vertente moral, articulada com as noções de dever e de liberdade, numa perspectiva de vivência colectiva e partilhada (CORDEIRO, 1997, p. 119).

Destaca-se, nesse processo, “a metamorfose do sentimento do sujeito quanto à sua própria existência e aos seus actos” (CORDEIRO, 1997, p. 119), pois se observa a emergência de um novo sujeito: múltiplo, heterogêneo, conectado com seu mundo interior (sua existência mais íntima) e com seu mundo exterior (sociedade, natureza) de modo complexo e em processo de constante deslocamento.

Em parte desses romances, evidencia-se a acentuada atenção dada ao conteúdo histórico, no entanto, há o predomínio da tendência à reflexão, de modo que o objetivo é revisitar criticamente o passado histórico, especialmente o passado recente de Portugal, utilizado como pano de fundo para os acontecimentos da ficção. Essa revisitação contribui para romper o processo de silenciamento até então vivido, em virtude do predomínio do regime totalitário no país. Assim, é possível dizer que o tema predominante, em muitas dessas narrativas, é o próprio Portugal e suas ex-colônias, sua gente, sua identidade, sua memória coletiva. São elucidativas as palavras de Margarida Calafate Ribeiro acerca desse processo:

Assim, após o 25 de Abril, que representou não só o fim da guerra, mas libertação acontecida, a experiência da guerra, à semelhança de outros temas tabu para o antigo regime, foi rapidamente convertida numa linha narrativa que, realizando inicialmente uma função essencialmente individual e terapêutica, se foi transformando numa fragmentária reescrita dos últimos dias coloniais de Portugal (RIBEIRO, 2004, p. 248).

Ribeiro chama atenção para a escritura de textos de cunho memorialístico ou de testemunho que tratam da guerra colonial para “aqueles que ultrapassam o carácter meramente testemunhal de uma realidade vivida, para, a partir dessa experiência, elaborarem uma reflexão mais ampla sobre o vivido, num sentido individual e coletivo” (2004, p. 249). Seguindo esse viés, é interessante observar com atenção a obra ficcional de António Lobo Antunes, escritor que trabalhou por volta de dois anos, em Angola, como tenente e médico do exército português, durante o período da guerra colonial. Ele acaba por impor, direta ou indiretamente, um caráter de testemunho nas suas obras, sendo, na contemporaneidade, uma das principais vozes da literatura portuguesa. Além de ter uma escrita de resistência ao tradicional, em que desafia os limites da forma e do conteúdo narrativo, também realiza uma revisão crítica da história de Portugal, na medida em que descortina o drama interior vivido pelas personagens, seus sentimentos, sofrimentos, angústias, juntamente com a denúncia do contexto sócio-político de Portugal e Angola.

Nesse sentido, a obra *O Esplendor de Portugal*, de António Lobo Antunes, um relato ficcional/memorialístico, traz justamente a visão dos colonos portugueses (as vozes silenciadas) em Angola, suas vivências naquele país e o retorno de alguns a Portugal. Ressalta, de maneira dramática, sujeitos que perderam sua identidade e seu lugar, uma vez que não eram

mais colonos em Angola, mas também não tinham um lugar na sociedade portuguesa, quando retornavam à metrópole. Ao longo do texto, Lobo Antunes destrói os estereótipos sobre os quais se calcou a glória da pátria portuguesa na África, subvertendo os ideais nacionalistas e políticos de Portugal, e suscitando profícuas reflexões:

Narrativas de guerra, mas também narrativas de regresso, o corpus das obras literárias da guerra colonial, nas suas diferentes vertentes de textos-testemunho e textos-consequência sobre uma experiência pessoal e colectiva através da qual todos aprendemos uma outra verdade, reveste-se na ficção portuguesa de um valor duplo intrinsecamente cúmplice: são importantes elementos de reflexão sobre o modo europeu/português de estar em África (particularmente no crepúsculo do império) e simultaneamente peças indispensáveis para entender o modo de estar hoje em Portugal (RIBEIRO, 2004, p. 256).

Atrelado a essa questão histórica, tem-se o problema da construção da identidade individual e coletiva do povo português, suscitado pela própria pós-modernidade e pelas dificuldades políticas, econômicas, sociais que o país enfrentou e enfrenta enquanto pós-império colonial. Ressalta-se que a consciência da identidade e a perspectiva de futuro só podem existir se o passado for revisitado de maneira crítica, pois, nesse contexto, ignorá-lo seria negar-se a si mesmo, bem como ignorar problemas sociais no continente e no ultramar.

Vozes narrativas: constituição identitária

O esplendor de Portugal é uma narrativa que conta a história de uma família de colonizadores em Angola, cujo núcleo familiar é composto pela mãe, Isilda, e seus três filhos – Carlos, Rui e Clarisse. Essas personagens são as responsáveis pela narração, assim, têm-se quatro narradores-personagens que alternam seus relatos no decorrer do romance. Embora outras vozes surjam no interior das narrações principais, como as do marido, da mãe, do pai de Isilda, elas não alcançam relevância. Em cada uma das três partes em que se divide a narrativa, predomina a voz de um dos filhos, sempre intercalada pela voz da mãe. Com isso, nota-se que a voz da mãe é o elo entre eles, ainda que as vozes não dialoguem entre si, pois cada uma dialoga consigo e com as lembranças do seu passado. O acesso a esse passado se dá através da evocação constante da memória, é graças a ela que percorremos os anos de 1978 a 1995, marcados temporalmente na narrativa, sendo que 1995 é o presente da enunciação. Parte-se de 1995 e se retorna até 1978, período que abarca a guerra civil em Angola, no entanto, através da rememoração das personagens, temos acesso a um passado mais remoto, quando Angola ainda era colônia de Portugal.

A narrativa inicia no momento em que os filhos de Isilda deixam Angola rumo a Portugal, em virtude do processo de descolonização e da instauração de uma guerra civil no país, enquanto a mãe permanece em solo africano. Após o embarque dos filhos, Isilda retorna a sua decadente fazenda, onde conviverá com duas empregadas e dois empregados até o momento em que a fazenda e a casa são ocupadas por grupos de guerrilha e ela se vê obrigada a fugir e vagar por Angola em uma tentativa desesperada de permanecer viva. Toda a vivência dela com os pais, marido, filhos, empregados, escravos é narrada a partir do tempo presente, por meio de fragmentos do passado que retornam à memória de modo insistente, repetitivo, confuso. Verifica-se o mesmo processo caótico de rememoração no relato dos três filhos que estão em Portugal, por isso temos uma narrativa em que se imbricam diversos níveis espaço-temporais, sendo que as vivências do passado se misturam com as vivências do presente e são, inclusive, evocadas por elas. Elizabeth Jelin nos explica o processo de rememoração como:

El ejercicio de las capacidades de recordar y olvidar es singular. Cada persona tiene «sus propios recuerdos», que no pueden ser transferidos a otros. Es esta singularidad de los recuerdos, y la posibilidad de activar El pasado nel presente -la memoria como presente del pasado, em palabras de Ricoeur (1999: 16) - lo que define la identidad personal y la continuidad del si mismo nel tiempo (JELIN, 2001, p. 16).

Cada personagem apresenta uma identidade narrativa construída e, por vezes, desconstruída ao longo da história, uma vez que é formada pela visão do eu sobre si e dos outros sobre esse eu. Como o presente das personagens, em *O esplendor de Portugal*, está praticamente estagnado, o passado domina suas narrações, por meio da rememoração de acontecimentos emblemáticos, cujo resgate possibilita que elas tentem se compreender enquanto indivíduos no tempo. A fragmentação formal do texto antuniano “parece reduplicar a vida íntima e interior das personagens que povoam estas obras. E assim se escurecem ainda mais o tom e a cor das vidas romaneadas, e assim se colocam à boca de cena diversos malogros e angústias vivenciais” (ARNAUT, 2009, p. 47). Desse modo, os sujeitos acabam por se tornar dispersos, instáveis e:

esvaziam-se de componentes físicos e psíquicos, concebidos a priori, ganhando a sua presença no mundo através de seu discurso. Daí que a posição extrema da personagem no romance contemporâneo seja a da voz que se enuncia e que busca, entre discursos a sua localização no universo (GOMES, 1993, p. 120).

Ademais, “as personagens do universo ficcional de Lobo Antunes [...] oscilam entre os contornos incertos da memória e a percepção de imagens e reflexos – ora baços, ora transparentes – sem saberem qual deles devolverá o verdadeiro semblante” (CARVALHO, p. 43, 2014). Nota-se, na evolução

da produção antuniana, a preferência do autor pelo contexto social da família, o que se reflete em personagens que agem em situações banais do cotidiano, representando uma voz, uma consciência no círculo familiar e em determinado contexto histórico. Por isso, a identidade das personagens do romance *O esplendor de Portugal* está intimamente ligada ao contexto de colonialismo e pós-colonialismo, uma vez que a trajetória dessa família abarca as vivências dos colonos portugueses em Angola, desde o período de sua prosperidade econômica no país até o momento em que começam a perder prestígio, com a reviravolta nas relações de poder nas colônias. É possível ainda compreender o esfacelamento das relações dessa família de colonizadores, e da própria identidade individual das personagens, como representativo, em um cenário mais amplo, do esfacelamento do sistema colonial português, após a década de 70.

Acerca da questão da identidade no mundo contemporâneo, Stuart Hall afirma que esse é um conceito que atua sob rasura, ou seja, a identidade não é mais formada por essências estabilizadoras, mas por circunstâncias variáveis. Ela está em constante movimento, em um processo contínuo de desestabilização, fragmentação e desconstrução. Com isso, ainda que as sociedades contemporâneas, caracterizadas pela diferença, produzam uma variedade de diferentes posições de sujeito, a estrutura da identidade permanece aberta (HALL, 2006, p. 17). Acentuam esse processo de fragmentação identitária a globalização e as migrações, uma vez que contribuem para a perturbação do caráter estabelecido da identidade. Assim:

Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são nunca singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação (HALL, 2014, p.108).

Ademais, o autor discorre acerca de alguns pontos sobre a identidade que são de grande valia para a compreensão das personagens da narrativa antuniana. Dentre eles, destaca-se a ideia de que as identidades são construções discursivas produzidas “em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas” (p.109), e, por isso, resultantes daquilo que foi excluído e das diferenças. Dessa forma, as identidades se formam por meio da relação que o indivíduo estabelece com o outro, são construídas na diferença e “constantemente desestabilizadas por aquilo que deixam de fora” (HALL, 2014, p. 111). Nossa formação identitária engloba aspectos referentes à identidade pessoal e à identidade coletiva/social, sejam eles: classe, gênero, sexualidade, etnia, raça, nacionalidade. Assim, a crise de identidade dos indivíduos, presente na contemporaneidade, é constituída por “esse duplo deslocamento-descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo

social e cultural quanto de si mesmos” (HALL, 2006, p. 9). Outra noção relacionada à construção identitária, citada por Stuart Hall e aprofundada por Homi Bhabha, é a de hibridismo. Tal concepção está intimamente ligada ao mundo pós-colonial, visto, nesse contexto, como um espaço cultural misto e diaspórico, onde se evidenciam diferenças raciais, étnicas, históricas, lingüísticas. Importante ressaltar que o hibridismo não deve ser pensando no sentido de solução de conflitos, de conciliação de antagonismos, mas de fusão, sendo sua característica mais marcante a ambivalência; transgredindo o discurso dominante e exigindo o reconhecimento da diferença:

Não é simplesmente apropriação ou adaptação; é um processo através do qual se demanda das culturas uma revisão de seus próprios sistemas de referência, normas e valores, pelo distanciamento de suas regras habituais ou “inerentes” de transformação. Ambivalência e antagonismo acompanham cada ato de tradução cultural, pois o negociar com a “diferença do outro” revela uma insuficiência radical de nossos próprios sistemas de significado e significação (Bhabha, 1997 apud HALL, 2003, p. 74-75).

O hibridismo é marcado pela diferença e pela fusão entre o velho e o novo, entre a tradição e a tradução. Entende-se tradução como conceito que

descreve aquelas formações de identidade que atravessam e intersectam as fronteiras naturais compostas por pessoas que foram dispersadas para sempre de sua terra natal. Essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições mas sem a ilusão de um retorno ao passado. Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas (HALL, 2006, p. 88).

Isilda, Carlos, Clarisse e Rui, narradores-personagens de *O esplendor de Portugal*, representam essas pessoas traduzidas, cujas formações identitárias estão atravessadas por traços culturais diversos. Contudo, verificamos que a formação identitária da mãe, Isilda, diverge da dos filhos – Carlos, Clarisse e Rui. Isso porque eles nascem em solo africano e saem adultos de Angola em direção a Portugal e com o regime colonial já em ruína, enquanto Isilda cresce em Angola, durante a prosperidade do colonialismo português, e é onde decide permanecer, mesmo com o fim do regime colonial e a instauração da guerra civil.

Ainda sobre as identidades traduzidas, Stuart Hall complementa:

A diferença é que elas não são e nunca serão unificadas no velho sentido, porque elas são irrevogavelmente o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a uma e, ao mesmo tempo, a várias ‘casas’ (e não a uma ‘casa’ particular). As pessoas pertencentes a essas culturas

híbridas têm sido obrigadas a renunciar ao sonho ou à ambição de redescobrir qualquer tipo de pureza cultural ‘perdida’ ou de absolutismo étnico. Elas são irrevogavelmente traduzidas (HALL, 2006, p. 89).

O processo de tradução, mencionado por Stuart Hall, evidencia-se na voz da personagem principal de *O esplendor de Portugal*, Isilda. Repetidas vezes, ela diz: “Devia saber que Angola acabou para mim”, “O que vale a vida aqui expliquem-me o que vale a vida aqui?”, mas, ao mesmo tempo, desvencilhar-se desse país não é algo que ela consiga fazer, como se, nas suas próprias palavras, gostasse da África: “acabamos por gostar de África na paixão do doente pela doença que o esquarteja ou do mendigo pelo asilo que o humilha, acabamos por gostar de ser os pretos dos outros e possuir pretos que sejam os pretos de nós” (ANTUNES, 1999, p. 45). Processo semelhante ocorre com seus filhos, pois, mesmo em Portugal, vivem cercados por lembranças obsessivas do seu passado em Angola. A visão deles se mostra inclusive impregnada de impressões da África, como, por exemplo, nesta fala de Clarisse:

Quando voltei a Portugal do que gostei mais na Ajuda foi dos bondes e dos homens gordos que saltavam das plataformas em movimento da mesma maneira que os abutres pousam [...] na savana da praça, hienas de alunos da escola trotavam em círculo corcundas de mochilas, com o pêlo das samarras eriçado de frio e a baba dos chicletes a oscilar das mandíbulas, farejando os tabuleiros dos vendedores ambulantes, pulando de lado, rosnando-se alcunhas (ANTUNES, 1999, p. 257).

Nota-se que a descrição da paisagem da Ajuda, em Portugal, é feita por Clarisse por meio de associações, comparações com imagens típicas da África, local de origem da personagem e, por que não dizer, sua terra natal, uma vez que ela e os irmãos nasceram em Angola, embora em uma família de colonos portugueses. Nesse sentido, seria até equivocado chamar essas personagens de retornados, já que nunca estiveram em Portugal antes, pois nasceram e cresceram em Angola. Outro exemplo da onipresença do espaço africano pode ser observado nas seguintes palavras da personagem Rui: “a varanda do Estoril de plantas diferentes das plantas de Angola, telhados, árvores, guarda-sóis, retângulos de piscinas, a ilhazita farol (gosto da ilhazita farol, levar a espingarda de chumbinhos ficar lá)” (p. 142). Notamos até mesmo uma fusão desses dois espaços: “os milícias abriam à picareta uma cova na Ajuda para enterrar a vendedora e os restantes bonecos, enterrar todos os bonecos na colina do Tejo, o comandante a condecorar-me, de espingarda de chumbinhos ao ombro” (ANTUNES, 1999, p. 164). Rui, nesse momento, demonstra seu desejo de vingança sobre uma vendedora portuguesa, por meio de imagens que apontam para situações de morte, assassinatos vivenciados em Angola.

Além dessa aproximação afetiva entre os dois ambientes, observamos que a mudança de estrato temporal, por meio de uma recordação, muitas vezes traz consigo uma mudança de espaço. Assim, temos um recorrente imbricamento de instâncias espaço-temporais diversas, mais perceptível no discurso dos filhos pela distância que estão de seu lugar de origem:

A Lena gorda e de cabelo pintado acabou de secar os pratos, empilhou-os no armário, tirou as luvas e saiu para a sala onde estava o pinheiro de Natal ainda sem vaso nem estrela de papel de prata nem bolas nem flocos

– Já não vês os teus irmãos há quinze anos

fiquei sozinho na cozinha a ouvir o zumbido do frigorífico e a olhar os morros da Almada, a olhar a fazenda do postigo do jipe à medida que nos afastávamos pelos buracos da picada que dividia os girassóis murchos até o alcatrão, a cantina onde os bailundos compravam cigarro, peixe seco e cerveja morna ao domingo surgiu numa curva e escondeu-se nas árvores, juntamente com cubatas calcinadas no terreiro onde um setter ladrava (ANTUNES, 1999, p. 12).

O excerto acima, retirado do início da narrativa, representa a voz de Carlos na véspera de Natal, enquanto ele espera os irmãos para o jantar no apartamento da Ajuda. No primeiro plano, há o presente da enunciação e a seguir, no meio do parágrafo, nota-se uma mudança de espaço e de tempo: “e a olhar os morros da Almada, a olhar a fazenda do postigo do jipe”. O olhar dele acerca da janela do apartamento e a visão que tem dos morros é substituído pelo olhar através da janela do jipe, no momento em que saem da fazenda em Angola em direção ao cais para embarcar a Portugal.

O complexo, repentino e irreversível processo de deslocamento vivenciado pelos três filhos torna-os sujeitos híbridos e traduzidos: Carlos, Rui e Clarisse são sujeitos de cidadania portuguesa, mas nascidos em solo angolano e crescidos em contato constante com os africanos e seus costumes. O que nos possibilita vê-los como pessoas dispersadas de sua terra natal, apesar da etnia, cultura, linguagem ligados a Portugal, são sujeitos pertencentes a mais de uma cultura, cuja interconexão é inegável. Contudo, esse processo de hibridização mostra-se inaceitável aos portugueses da metrópole, de modo que os colonos brancos retornados ficam em uma posição de “deslocados”. Zygmunt Bauman, sociólogo e estudioso da sociedade pós-moderna, em seu livro **Identidade**, comenta acerca da dispersão identitária em virtude da globalização e das migrações causadas por conflitos armados, problemas sociais. Especificamente sobre o deslocamento, Bauman explica:

Estar total ou parcialmente “deslocado” em toda parte, não estar totalmente em lugar algum (ou seja, sem restrições e embargos, sem que alguns aspectos da pessoa “se sobressaíam” e sejam vistos por outras como estranhos), pode ser uma experiência desconfortável, por vezes perturbadora. Sempre há alguma coisa a explicar, desculpar, esconder ou, pelo contrário,

corajosamente ostentar, negociar, oferecer e barganhar. Há diferenças a serem atenuadas ou desculpadas ou, pelo contrário, ressaltadas e tornadas mais claras. As “identidades” flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar atento para defender as primeiras em relação às últimas (BAUMAN, 2004, p. 19).

Além de deixar os sujeitos confusos e inseguros emocional e psicologicamente, o ser de vários lugares e não ser de nenhum funciona como um estigma, uma marca que não abandona o sujeito independente de onde esteja localizado. No caso dos três filhos de Isilda, um dos reflexos de sua dispersão identitária está na impossibilidade mostrada pelos três de viver seu presente, sendo que, textualmente, isso é percebido por praticamente inexistirem ações no tempo presente. Observa-se o predomínio do passado, sendo a intensidade das memórias do vivido na África tão forte que acabam por quase paralisar os sujeitos nas suas vivências do agora, transformando-os em sobreviventes em Portugal. Como a identidade é formada por aspectos pessoais e coletivos, é possível afirmar que, no caso das personagens do romance *O esplendor de Portugal*, há um duplo descentramento. Aquele resultante das vivências dos três irmãos enquanto sujeitos sociais, pertencentes a um mesmo contexto histórico-político, e outro resultante das particularidades de cada ser: sentimentos, medos, personalidade, que compõem a forma pessoal como se relacionam com os outros e constroem sua rede de afetos.

No que se refere à personagem Carlos, o primogênito, há uma particularidade que marcará profundamente o desenvolvimento de sua trajetória na narrativa e a construção de sua identidade: a mestiçagem. Carlos é um mestiço e a cor da sua pele, nesse caso, mais do que uma marca de identidade, é um pesado estigma. Ele é fruto de uma relação entre Amadeo, marido de Isilda, e uma empregada negra da empresa onde ele trabalhava antes de se casar e se mudar para a fazenda da família da esposa, Isilda. Ao descobrir o relacionamento do marido e a existência da criança, Isilda compra o bebê a fim de criá-lo como seu filho e evitar que a empregada perca seu emprego, seja morta pela vergonha de ter um filho mestiço ou que ambos morram de fome por viver em condições precárias. No entanto, o reconhecimento de que ele é diferente dos irmãos: “Tu és preto, Carlos”, advém da maneira mais informal e menos respeitosa com que os empregados o tratam, o horror da avó com sua presença e o desprezo de Clarisse por ele. Isso acentua a sua instabilidade identitária, sendo que, nesse contexto, ser mestiço significa ocupar uma posição fronteira, marginal, pois ele não é nem o branco nem o preto. Essa impossibilidade de se compreender e dos outros lhe compreenderem faz com que Carlos não consiga estabelecer relações estáveis de afeto com as outras personagens, exceto a Maria da Boa Morte, empregada negra da casa que demonstra cuidado e carinho por ele.

Por outro lado, Rui recebe muita atenção e muito carinho da família, ele tem todos os seus desejos acatados pela mãe. Isso porque ele possui um problema de saúde, diagnosticado como epilepsia, sendo que tal condição faz com que ele tenha regalias que os outros irmãos não possuem. É evidente o cuidado dispensado por Isilda a Rui, ela permite não só que suas vontades sejam satisfeitas, mas que possa, por exemplo, maltratar os negros, atirando neles com sua espingarda de chumbo, apenas porque lhe parece divertido. Interessante notar que Rui lida com a doença de modo positivo: “sentia-me importante por estar doente e ir morrer” (p.138), visando às vantagens/regalias que poderia obter com tal condição: “o Fernando preparava-me o jantar especial dos condenados, tirava as espinhas do peixe, servia-me antes dos outros” (p.138), “gostava de desmaiar também para receber mais sobremesa, viajar todas as semanas a Malanje, poder ficar a pé até as onze [...], a escutar a música do rádio e girar os botões de noticiário em noticiário sem que ninguém se zangasse” (ANTUNES, 1999, p. 160). Com isso, percebemos que a maneira positiva com que Rui lida com a sua diferença em relação aos outros destoa da forma com que Carlos lida com a sua. Enquanto a grande fratura na identidade de Carlos é ser mestiço, em Rui ela advém da sua doença e da sua loucura.

A narração de Clarisse, por sua vez, parece ser a mais confusa, a mais subjetiva, permeada por sentimentos intensos e profunda sensação de dor, tanto que é a única personagem do romance que pensa em suicídio. É na sua voz que as lembranças de Angola emergem com mais intensidade, e são recordações que apontam para inúmeras cenas de violência e assassinatos brutais. Talvez por Clarisse ser jovem e gostar muito de sair, passear, estar na rua, ela seja a personagem que mais tenha tido contato com a vida social fora da fazenda da família e a que relata o maior número de perdas de amigos, pessoas conhecidas, namorados por conta dos violentos conflitos no país africano. Sabemos que ela não tem uma boa relação com a mãe, ao mesmo tempo em que é a preferida de seu pai. Todos os narradores mencionam o carinho e a preocupação que o pai demonstra por Clarisse, contudo não ficam claros os motivos. A grande fratura na constituição identitária de Clarisse se dá na forma ‘escandalosa’ com que ela age, enquanto filha branca de colonizadores portugueses ricos de Angola. Em outras palavras, ela não segue determinado padrão de comportamento que seria condizente com a posição social que ocupa, comportando-se de modo promíscuo. Ela inclusive é chamada de prostituta por outras personagens do romance, sendo o aborto um evento marcante na sua trajetória individual.

Assim como cada um dos filhos carrega marcas de um passado/presente coletivo mais os traços de vivências particulares, a mãe, personagem narradora principal do romance, também descortina sua trajetória individual ao longo das páginas de *O esplendor de Portugal*. A narração de Isilda nos apresenta uma personagem extremamente complexa, repleta de contradições, cuja construção identitária evidencia o processo de hibridização sofrido e o

quanto a sua identidade é instável e fraturada, uma vez que representa, na história, o papel de filha de colonos, mulher, mãe, amante, colona portuguesa. Sobre a ampliação do fenômeno identitário e sobre o sujeito que emerge do espaço híbrido, Homi Bhabha discorre:

O afastamento das singularidades de “classe” ou “gênero” como categorias conceituais e organizacionais básicas resultou em uma consciência das posições do sujeito – de raça, gênero, geração, local institucional, localidade geopolítica, orientação sexual – que habitam qualquer pretensão à identidade no mundo moderno. O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. Esses “entre-lugares” fornecem terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria idéia de sociedade. É na emergência dos interstícios – a sobreposição de domínios da diferença – que as experiências intersubjetivas e coletivas de *nação* [nationness], o interesse comunitário ou o valor cultural são negociados. De que modo se forma sujeitos nos “entre-lugares”, nos excedentes da soma das “partes” da diferença (geralmente expressas como raça/classe/gênero, etc.)? (BHABHA, 1998, p. 19-20).

Isilda representa, além de um sujeito híbrido, a subversão desses papéis (classe, gênero) tradicional e antagonicamente determinados, e sua trajetória elucida o questionamento feito por Bhabha, ou seja, como os sujeitos são formados nesses entre-lugares. Nota-se que, na narrativa, a instabilidade na identidade de Isilda é desencadeada com a partida dos filhos para Portugal, mais especificamente, no momento em que ela retorna à fazenda e sente com intensidade a situação de solidão e abandono em que vive. Essa conscientização se manifesta em forma de estranhamento, um não reconhecimento de si,

ao voltar a fazenda no regresso de Luanda, a casa mudara, conhecia os objetos e achava-os estranhos, conhecia minhas cadeiras e não me sentava nelas, o passado do retrato nas molduras cessara de me pertencer, quem diabo é este, quem diabo é aquele, a senhora acolá de braço dado com meu marido usa um chapéu que eu tive (ANTUNES, 1999, p. 24).

A fratura na identidade dessa personagem é tão acentuada que ela passa a não se reconhecer enquanto um sujeito que tem sua constituição identitária formada por experiências vividas ao longo do tempo, ou seja, sua trajetória pessoal. Nota-se uma dispersão que, por vezes, beira ao delírio e à alucinação. Além de não se reconhecer nas fotos, Isilda também não se reconhece quando se olha no espelho, repetindo, em momentos distintos, que quem envelheceu foi o espelho, não ela. Nesse sentido, estar em meio a uma

guerra civil no país africano, somado ao rompimento definitivo dos laços familiares, mostra-se determinante para a instabilidade identitária de Isilda.

Segundo Norberto do Vale Cardoso,

é nas situações de instabilidade e conflito que a fixidez da identidade é questionada. O contacto entre duas culturas, muitas vezes proporcionado por situações de guerra, é, em última instância, enriquecedor. Por isso, das relações entre duas forças paralelas surge o que tem sido mais recentemente apelidado de “hibridismo”. Relação entre portugueses e os outros. Desse contato, ambos os lados acabam por ser alterados [...] O sujeito híbrido é aquele que resulta da amalgama de duas culturas que se encontram e interagem (CARDOSO, 2011, p. 164).

Desse modo, é possível observar como a tensão e os conflitos que nascem do contato entre portugueses e angolanos atingem esses sujeitos, e analisar como as situações de violência, vividas nas colônias, contribuem para a fragmentação e a hibridização dos envolvidos.

No caso de Isilda, nota-se que suas vivências são permeadas por situações que envolvem extrema violência, mortes, assassinatos brutais, torturas. Interessante analisar a reviravolta que se dá na vida de Isilda, pois, com o fim de regime colonial, sua posição se inverte em Angola, de modo que ela passa de colona, detentora do poder e dona de sua vontade, para a de mulher, ex-colona, sozinha, sem dinheiro, em um país em estado de guerra civil. O papel de mulher também é subvertido por essa personagem, uma vez que ela não cumpre aquilo que seria esperado da filha única de um rico casal de colonos portugueses. A própria personagem questiona-se sobre seu papel de mulher:

uma mulher educada para ser dona de casa e ter um homem que se ocupasse dos negócios e de mim quem tinha de falar com os intermediários, com os fornecedores, convencer o estado a ajudar-nos, argumentar com os bancos a fim de prorrogar as dívidas, eu era uma mulher que merecia uma vida como as mulheres dos vizinhos (ANTUNES, 1999, p. 55-56).

Contudo, Isilda desobedece a vontade de seus pais e acaba por casar com um homem em posição social e econômica inferior a sua. Além disso, logo após o casamento, descobre que o marido tem um filho com uma mulher negra empregada da empresa onde trabalhava. Apesar de Isilda ‘comprar’ a criança e criá-la como filho, o sentimento de culpa e ressentimento não desaparece, o que acarreta um casamento problemático. Além disso, nota-se que o marido tem uma personalidade passiva, não se interessa pelos negócios da família, torna-se alcoólatra e distante dos filhos. Com a sua omissão, ela se sente obrigada a assumir a posição de autoridade tanto na família quanto na fazenda, cuidando dos negócios. Tal posição é mencionada de modo recorrente pelos filhos sob um ponto de vista negativo, pois a autoridade

acaba também por afastá-la dos filhos, prevalece uma relação mais de poder e menos de afeto e carinho entre eles.

Isilda poderia ter deixado Angola junto com seus filhos, então por que decide permanecer? Observa-se nela uma dolorosa consciência de que sua vida em solo angolano acabou, pois está sozinha, sem ninguém da sua família ou amigos; não há mais trabalhadores nem produção na sua fazenda e grupos de guerrilha cada vez mais próximos e violentos, ameaçando a sua própria vida. No entanto, a decisão de Isilda é de permanecer. Ao lembrar que, para Bauman (2004), o indivíduo constitui sua identidade e seu pertencimento a determinado lugar por meio de suas escolhas, podemos afirmar que Isilda, enquanto sujeito híbrido, reconhece e aceita a sua condição de pertencimento a esse entre-lugar do mundo pós-colonial. Em Angola, ela ainda pode, mesmo que ilusoriamente, manter uma posição de superioridade em relação aos outros, nesse caso, aos negros, ao passo que, em Portugal, acredita que sofreria preconceito e discriminação justamente por não ser mais vista como um português ‘puro’. Nas palavras de seu pai: “E portanto não consintas em partir, não saias de Angola, faz sair os teus filhos mas não saias de Angola, sê bailunda dos americanos e dos russos, bailunda dos bailundos mas não saias de Angola” (ANTUNES, 1999, p. 245).

O pai também explica o porquê da colonização e qual a expectativa dos portugueses ao se mudar para as colônias:

Aquilo que tínhamos vindo procurar na África não era dinheiro nem poder mas pretos sem dinheiro e sem poder algum que nos dessem a ilusão do dinheiro e do poder que de fato ainda que o tivéssemos não tínhamos por não sermos mais que tolerados, aceitos com desprezo em Portugal, olhados como olhávamos os bailundos que trabalhavam para nós e portanto de certo modo éramos os pretos dos outros da mesma forma que os pretos possuíam os seus pretos e estes os seus pretos ainda em degraus sucessivos ao fundo da miséria, aleijados, leprosos, escravos de escravos, cães, o meu pai costumava explicar que aquilo que tínhamos vindo procurar em África era transformar a vingança de mandar no que fingíamos ser a dignidade (ANTUNES, 1999, p. 143).

Nesse sentido, fica claro que os portugueses buscavam em Angola um local onde pudessem estabelecer relações de dominação sobre os negros e, inclusive, sobre outros colonos brancos, porém em situação econômica mais baixa. Assim, percebe-se que, entre outras razões, o que determina a permanência de Isilda em solo africano é seu orgulho de colonizadora, o que lhe resta, demonstrado em forma de resistência.

É interessante perceber que, após a invasão da casa e da fazenda por grupos de guerrilha, Isilda e suas duas empregadas, as únicas sobreviventes, passam a viver nas mesmas condições precárias: “eu uma mulher idosa com mais duas mulheres idosas na cozinha comendo as mesmas conservas e os mesmos legumes que as lagartas desprezavam e bebendo a mesma água

castanha do depósito” (p. 75). No entanto, Isilda tenta manter, ainda que apenas no seu pensamento, a distância entre elas: “encontro, apenas eu, a Maria da Boa Morte e a chuva nos quartos, eu a fingir que mando e ela a fingir que obedece” (p. 58) ou a hierarquia “a casa que deixamos ontem a caminho da Chiquita, a Maria da Boa Morte, a Josélia e eu ou melhor como deve ser eu, a Josélia e a Maria da Boa Morte” (p. 125). Sabe-se que Isilda e Maria da Boa Morte, a empregada negra, eram amigas quando crianças, e que a menina branca, naquela fase de sua vida, não percebia nenhuma diferença entre as duas “se me afigurasse impossível que nos separássemos um dia, deixássemos de apanhar enguias no rio e comer muamba na esteira” (p. 124). Entretanto, logo, a menina passa a reconhecer a diferença: “a Maria da Boa Morte e eu não éramos iguais por a minha madrinha me não chamar preta nojenta, me não olhar num desgosto indignado, suspeitei que a Maria da Boa Morte era inferior a mim, não tinha alcatifa nem tapetes” (p. 126), ocorrendo, por fim, o afastamento entre as duas: “de modo que apenas nos tornamos a ver muito depois” (ANTUNES, 1999, p. 126). A partir desse relato, evidencia-se o quanto a construção identitária do eu é influenciada pelo outro, especialmente dentro do núcleo familiar e durante a infância. Sobre esse aspecto da identidade, Hall discorre:

É definida historicamente e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurradas em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 2006, p.13).

A consciência da diferença entre a colonizadora e a colonizada permanece em Isilda e em Maria da Boa Morte até a velhice, mesmo a partir do momento em que as diferenças externas (roupas, perfumes, joias) entre elas já tenham desaparecido. E, ainda mais contundente, mesmo depois que a sobrevivência de ambas dependa da proteção uma da outra. Após a morte de Josélia, a empregada mais velha, ao tentar proteger Isilda na fuga, ela diz:

Uma última vez como se quisesse dizer qualquer coisa que eu não entendia, que o barulho do rio me não deixava entender, tentando desculpar-se do que eu não lhe desculpava porque tal como meu avô não admito liberdades nem má-criações a uma indígena, não consinto liberdades nem má-criações a uma fulana qualquer (ANTUNES, 1999, p. 228).

Essa fala, no tempo presente, ratifica um determinado comportamento relacionado ao orgulho que os colonizadores portugueses sentem e que não mudará, embora se verifique um rompimento das relações de poder em Angola. A hibridização dos sujeitos que habitam esse espaço pós-colonial está presente em Isilda, na sua consciência de que a vida acabou em Angola,

assim como na impossibilidade de se desvencilhar desse mundo. De acordo com a voz do seu pai, os portugueses da antiga metrópole:

olhavam para nós como criaturas primitivas e violentas que aceitavam o degredo em Angola a fim de cumprirem condenações obscuras longe da família, de uma aldeia qualquer sobre penhascos de onde vínhamos, habitando no meio dos pretos quase, como eles, reproduzindo-nos como eles na palha, nos desperdícios, nos dejetos para formamos uma raça detestável e híbrida que aprisionavam por medo na África mediante teias de decretos, ordens, câmbios absurdos e promessas falsas na esperança que morrêssemos das pestes do sertão ou nos matássemos entre nós como bichos e entretanto obrigando-nos a enriquecê-los com percentagens e impostos sobre o que não nos pertencia também, roubando no Uije e na Baixa Cassanje para que nos roubassem em Lisboa ué (ANTUNES, 1999, p. 244).

Nesse contexto, os colonos portugueses ocupam um local fronteiro instável ou entre-lugar, isso porque não pertencem a Angola, mas também não são como os portugueses que vivem em Portugal. A sensação de não pertencimento é evidenciada no excerto abaixo:

os que não engordarem o caju esartejados nos trilhos e nos degraus das casas tornarão a Portugal expulsos através dos angolanos pelos americanos, os russos, os franceses, os ingleses que não nos aceitam aqui para chegarmos a Lisboa onde não nos aceitam também, carambolando-nos de secretaria em secretaria e ministério em ministério por uma pensão do Estado, despachando-nos como fardos de quarto de aluguel em quarto de aluguel nos subúrbios da cidade, nós e os mulatos e os indianos e inclusive os pretos que vieram conosco por submissão ou terror, não por estima, não por respeito (ANTUNES, 1999, p. 245).

Desse modo, o retorno dos colonos é como um “fardo” para Portugal, que não tem interesse em recebê-los e abrigá-los, eles serão sempre os retornados e, por isso, uma presença incômoda, já que representam por contiguidade o fracasso do regime colonial português. As indeterminações nas fronteiras culturais refletem-se em identidades não definidas. A fim de compreender melhor a relação entre identidade e entre-lugar, Bauman esclarece que:

Tornamo-nos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age - e a determinação de se manter firme a tudo isso- são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade” (BAUMAN, 2004, p. 17).

Com isso, notamos que a constituição identitária de um indivíduo passa pela forma com que se relaciona com os outros, com as identificações

e com as diferenças a que é exposto, além de que suas ações, vontades e escolhas são decisivas na determinação de traços identitários, bem como na sensação de pertencimento a certo lugar. Por isso, em *O esplendor de Portugal*, acompanham-se os percursos individuais das personagens em um núcleo familiar instável em um complexo processo de descolonização. Nesse sentido, as personagens do romance constituem vozes narrativas a procura “da sua identidade e da sua identificação, num exercício de reencontrar seu rosto pessoal e do sujeito português, face a uma ambiente pleno de signos de violência, de ruptura física, psicológica e social” (RIBEIRO, 2004, p. 255).

Considerações finais

A literatura portuguesa contemporânea tem alargado as fronteiras da composição narrativa e se dedicado a experimentar os limites do próprio romance, em consequência disso, temos uma nova forma de ver e representar o mundo com a qual a ficção de António Lobo Antunes dialoga. Nesse contexto, a rejeição da composição convencional da intriga, a multiplicidade de vozes e perspectivas narrativas, a complexificação das personagens, a falência de uma função demiúrgica do narrador, o imbricamento de tempos e espaços diversos, reflete um plano de composição fragmentário, bem como a impossibilidade de se chegar a uma totalidade. Com isso, em lugar de uma prática romanesca tradicional, que refletia um mundo estável e em equilíbrio, emerge uma prática romanesca que prima pela diversidade e fragmentação na composição narrativa, refletindo um mundo onde prevalecem incertezas, obscuridades, ambiguidades, onde as verdades cedem lugar a incertezas. Desse universo, emergem sujeitos mais fluidos múltiplos e heterogêneos; sujeitos que perdem seus contornos nítidos e conquistam a presença no mundo pelo seu discurso. Essas personalidades presas ao seu cotidiano, envolvidas em situações banais, cercadas por trivialidades, produzem, através de suas narrações, um alargamento da temática social e política e uma ampliação do fenômeno histórico. São narrativas propícias à problematização histórica e à revisitação do passado.

Poder-se-ia pensar que um conjunto diverso de visões permitiria ao leitor delinear mais completamente a história de cada personagem, pois diversos pontos de vista sobre o mesmo assunto dão a impressão de se alcançar uma interpretação mais fidedigna dos acontecimentos e traçar com mais precisão determinado perfil. Todavia, no texto antuniano, essa multiplicidade de vozes e perspectivas enfatiza justamente a dispersão na construção de cada personagem, seu contínuo processo de despersonalização e consequente inconclusibilidade. Ademais, cabe ressaltar que isso ocorre, sobretudo, pela rememoração, o que acarreta o aparecimento de muitas lacunas e silêncios, devendo-se, portanto, ter consciência da incompletude e reversibilidade dos sentidos provisoriamente encontrados.

Na narrativa de *O esplendor de Portugal*, percebe-se que a identidade das personagens é instável e fraturada e que há uma estreita relação entre a estrutura fragmentada da narrativa e a fratura nas identidades, ou seja, a complexa forma de narrar aponta para uma forma igualmente complexa de se ver como indivíduo. Notamos que o contexto colonial, pós-colonial, permeado por casos de profunda violência, mostra-se determinante para a constituição identitária das personagens desse romance. Percebe-se que as personagens Carlos, Rui e Clarisse são sujeitos dispersados de sua terra natal, que mantêm vínculos com seu lugar de origem, mas que têm de negociar com as novas culturas, sem, contudo, serem totalmente assimilados por elas e sem perderem sua identidade, sem abandonar os traços de cultura, linguagem, histórias, tradições que carregam consigo. São um centro aglutinador de histórias e culturas diferentes, além de manter consigo marcas identitárias: de cor (mestiçagem), de comportamento (promiscuidade) e de constituição física (doença/loucura), ressaltadas ou apagadas na relação que mantém com o outro. Isilda, por sua vez, sofre um processo de hibridização ainda mais acentuado, demonstrado através de sentimentos, atitudes, e pensamentos contraditórios, expostos durante a sua narração. Ela é filha de colonos portugueses em Angola, uma mulher colona e depois ex-colona, mantém em si traços da cultura portuguesa, mas se mostra intimamente ligada ao espaço africano. Pode-se dizer que ela assimila e é assimilada pelo espaço que habita, ela pertence e não pertence àquele, mantém-se em um entre-lugar, sofrendo as consequências de não ter em si uma pureza cultural. Assim, as personagens desse romance são inegavelmente sujeitos traduzidos.

Por fim, importante lembrar que assim como o mundo narrativo antuniano, “o mundo em nossa volta está repartido em fragmentos mal coordenados, enquanto as nossas existências individuais são fatiadas numa sucessão de episódios fragilmente conectados” (BAUMAN, 2004, p. 19). Por isso, a necessidade de compreender as identidades como flutuantes e aceitar sua condição inconclusa, provisória, além de estar atento a qualquer tentativa de solidificação de algo que se tornou fluido na contemporaneidade.

Referências

ANTUNES, António L. **O esplendor de Portugal**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

ARNAUT, Ana Paula. **António Lobo Antunes**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CARDOSO, Norberto do V. **A mão-de-judas**: representações da guerra colonial em António Lobo Antunes. Portugal: Texto Editores, 2011.

CARVALHO, Suzana João. **António Lobo Antunes: a desordem natural do olhar**. Lisboa: Texto, 2014. 5 vol. (Coleção António Lobo Antunes – Ensaio).

CORDEIRO, Cristina. Os limites do romanesco. **Colóquio/Letras**, 143-144, p. 111-133, 2007.

GOMES, Álvaro Cardoso. **A voz itinerante: ensaio sobre o Romance Português Contemporâneo**. São Paulo: Edusp, 1993.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade?. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**. A perspectiva dos estudos culturais. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 103-133.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. **Da diáspora: Identidades e Mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

JELIN, Elizabeth. **¿De que hablamos cuando hablamos de memorias?** In: _____. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: SigloVeintiuno de España Editores, 2001. p. 17-38.

RIBEIRO, Margarida C. **Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo**. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

Recebido em setembro/2017.

Aceito em novembro/2017.